

## A PRÁTICA AVALIATIVA NO ÂMBITO ESCOLAR: ENTRE MITOS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Edinária Marinho da Costa

Faculdade Evolução do Alto Oeste Potiguar – FACEP – [edinaria\\_marinho@hotmail.com](mailto:edinaria_marinho@hotmail.com)

Diana Maria Cavalcante de Sá

Faculdade Evolução do Alto Oeste Potiguar – FACEP - [dianacavalcante@hotmail.com](mailto:dianacavalcante@hotmail.com)

Mary Carneiro de Paiva Oliveira

Faculdade Evolução do Alto Oeste Potiguar – FACEP - [marycpo4@yahoo.com.br](mailto:marycpo4@yahoo.com.br)

Eriberto Vagner de Souza Freitas

Faculdade Evolução do Alto Oeste Potiguar – FACEP – [eribertovagner@yahoo.com.br](mailto:eribertovagner@yahoo.com.br)

### RESUMO:

Este trabalho apresenta discussões preliminares acerca da avaliação da aprendizagem no âmbito escolar. O objetivo principal do estudo é desencadear uma sucinta discussão acerca da avaliação escolar no processo de ensino e aprendizagem, e como ela vem sendo compreendida pela comunidade escolar. Para o desenrolar desse debate o trabalho respaldou-se no estudo bibliográfico de pesquisadores como Hoffmann (2005; 2003), Libâneo (1994), Luckesi (1990; 2005; 2011), Haidt (1995) e Matui (2002). A avaliação da aprendizagem do aluno está ligada diretamente a avaliação do próprio trabalho docente. Quando o professor avalia o que o aluno conseguiu aprender, está avaliando o que ele próprio conseguiu ensinar. Dessa forma, a avaliação dos avanços e dificuldades dos alunos fornece ao professor orientações de como (re)planejar a sua prática pedagógica, de forma que coopere na construção de novas situações de aprendizagens e no aperfeiçoamento do seu trabalho.

**Palavras-chave:** Avaliação escolar, prática avaliativa, ensino-aprendizagem.

## INTRODUÇÃO

O termo avaliação tem sido constantemente esgotado às expressões como fazer exames, fazer provas, atribuir notas, reprovar ou passar de ano. Essa é uma concepção muito frequente em nossas escolas e que vem resistindo às novas propostas, por muitos educadores atuantes na educação básica.

Estudos de Hoffmann (2005) mostram que não apenas os professores, mas toda a sociedade vem reagindo quando se fala em abolir o sistema tradicional de provas obrigatórias e atribuição de notas, através de uma análise quantitativa. Isso porque, essa prática de avaliação tornou-se basicamente uma rede de segurança, que se constitui sem se refletir por quê.

Segundo Libâneo (1994), a mensuração dos resultados, por meio dos instrumentos de verificação do rendimento escolar, proporciona apenas dados que devem ser submetidos a uma apreciação qualitativa, pois a avaliação é uma tarefa complexa que não se resume à realização de provas e distribuição de notas.

Partindo dessas questões que se tornam cada vez mais necessárias para o debate no espaço universitário e escolar, é que se propõe neste trabalho desencadear uma discussão acerca da avaliação escolar no processo de ensino e aprendizagem, e como ela vem sendo compreendida pela comunidade escolar.

Para o desenvolvimento da discussão e aprofundamento nessa temática, priorizou-se o estudo bibliográfico, no intuito de oferecer mais atenção às concepções, equívocos, desafios e perspectivas inovadoras que cingem o termo avaliação.

O texto mostra em seu decorrer que a avaliação é um trabalho didático que requer planejamento, reflexões e tomada de decisões importantes que ajudem no desenvolvimento da construção de conhecimentos pelo discente. A avaliação desenvolvida pelos professores deverá ser compreendida como um recurso fundamental que possibilita uma aprendizagem significativa ao aluno, ao mesmo tempo em que oferece orientações relevantes à prática do professor.



## A avaliação da aprendizagem entre mitos, desafios e perspectivas

O caminho trilhado pela avaliação tem sido obscuro, complexo e mal interpretado em vários espaços da escola brasileira. As nuances acerca dessa discussão têm gerado críticas, controvérsias e diferentes manifestações na ação pedagógica, implicando numa rejeição de novas alternativas à prática avaliativa.

Ao longo da história da educação, sobretudo, no final do século XIX, o modelo de avaliação na escola tradicional, imprimia unicamente um caráter seletivo, uma vez que classificava e promovia o aluno de uma série para outra. Nesse contexto a escola estava centrada na figura do professor, que tinha como função transmitir os conteúdos, cabendo ao aluno à tarefa de memorizá-los e reproduzi-los em sala de aula através de vários testes.

De acordo com Saviani (2005), na tendência de ensino tradicional, a atenção se voltava à pergunta “como ensinar?”, cuja resposta consistia na ideia de se formular métodos de ensino. Esse mesmo autor explica que a prática educativa era determinada pela teoria que a moldava oferecendo-lhe conteúdos e a forma de transmissão pelo professor.

A hegemonia da escola tradicional, sustentada por um sistema de avaliação quantitativa e classificatória, foi predominante por longas décadas na história da educação brasileira. Embora a finalidade educativa e o sentido social da escola, tenham passado por impetuosas mudanças no decorrer do tempo, outros aspectos da cultura escolar antiga não sofreram impactos radicais, permanecendo nas salas de aula até os dias de hoje.

Os reflexos da avaliação tradicional têm deixado heranças de práticas sólidas, que tem contribuído para a resistência da fecundação do novo. Muitos dos professores atuantes no espaço escolar pertencem a um contexto de ações escolares sustentadas num modelo de ensino conservador, que não foram rompidas durante a formação nos cursos de graduação. No caso do professor principiante, que após o término do curso em licenciatura, se depara com a complexidade de algumas tarefas didáticas e a precariedade nas condições de trabalho, recorre comumente às experiências ocultas de aluno e da vida pessoal. Esses saberes, muitas vezes, tornam-se fundamentos centrais para a prática pedagógica do professor.

A pesquisadora Hoffmann (2005), ao debater sobre os resultados de suas pesquisas com professores sobre o tema avaliação, relata o seguinte:

Minhas investigações sobre avaliação sugerem fortemente que a contradição entre o discurso e a prática de alguns educadores e, principalmente, a ação classificatória e autoritária, exercida pela maioria, encontra explicação na concepção da avaliação do educador,

(83) 3322.3222

contato@fipedbrasil.com.br



reflexo de sua história de vida como aluno e professor (HOFFMANN, 2005, p.12).

Esse modo de pensar da autora faz perceber que a prática avaliativa do docente vem a ser uma reprodução de ideias e ações construídas na sua trajetória de aluno e professor. Geralmente, as estratégias de ensino mobilizadas em sala de aula, aparecem fortemente ancoradas numa bagagem de experiências da formação pessoal e da própria profissão. Assim, a prática avaliativa torna-se uma reprise daquilo que ele aprendeu, sendo determinada por suas concepções de educação.

É importante pontuar, que a prática avaliativa é considerada pela maioria dos professores, e mesmo gestores da escola, como uma tarefa de obrigação, devendo ser cumprida na sua profissão, sem a devida preocupação com as questões qualitativas que regem o processo de aprendizagem do aluno.

A ausência do exercício reflexivo na prática avaliativa é preocupante, sobretudo quando somado a vestígios de uma avaliação apenas classificatória, que empreende a classificação de alunos em bons, médios e fracos. Em decorrência dessa hierarquia, esses últimos que se encontram no plano inferior, são na maioria das vezes estereotipados e discriminados pelos colegas e demais profissionais da educação no interior da escola.

A prática classificatória da avaliação é antidemocrática, desde que ela não encaminha uma tomada de decisão para o avanço, para o crescimento. Essa prática classificatória da avaliação confirma nossa hipótese inicial de que a atual prática de avaliação do aluno é uma prática antidemocrática no que se refere ao ensino. (LUCKESI, 1990, p. 35-36).

Face ao exposto acima, defende-se que a avaliação classificatória pouco contribui para a qualidade do ensino, em virtude do seu caráter seletivo e de julgamento terminal, pois para essa modalidade o que importa é o resultado, a nota e o conceito representado pelo aluno, sem considerar a trajetória que o levou a esse significado. Entretanto, sabe-se que esse modo de avaliar continua veemente presente nas salas de aulas, tendo maior respaldo nas escolas da esfera pública, situadas em regiões mais desprivilegiadas.

Presume-se que essa problemática, se deve as percepções equivocadas de muitos educadores, gestores, coordenadores e alunos em relação ao sentido da avaliação na prática pedagógica. A maioria demonstra uma imagem negativa, que lhe causa angústias quando se não se obtém os resultados satisfatórios almejados. Desse modo, a comunidade da escola vem confundindo a finalidade desse componente pedagógico, associando somente a prática de examinar, testar, medir e apresentar resultados.



Hoffmann (2005, p. 19) afirma que há anos vem investigando acerca do significado da avaliação entre educadores e educandos de todo o Brasil e destaca claramente que “a configuração do mito é clara e consistente. Quando representam a avaliação através de imagens, surgem carrascos, labirintos, relâmpagos e trovoadas”.

A mesma pesquisadora ressalta que essa concepção de avaliação, consciente ou inconscientemente, transformou-se e sedimentou-se numa prática coletiva angustiante entre os professores de várias escolas públicas brasileiras.

Estudos de Libâneo (1994) têm apresentado também alguns equívocos surgidos em situações avaliativas, especialmente no que tange aos objetivos, funções e papel da avaliação. Dentre os mais comuns destacados pelo autor, surgem:

- O mais comum é tomar a avaliação unicamente como o ato de aplicar provas, atribuir notas e classificar os alunos;
- O outro diz respeito, em utilizar a avaliação como recompensa aos “bons alunos” e punição aos indisciplinados;
- O terceiro equívoco trata-se dos pré-julgamentos de professores, por meio do seu “olho clínico” sobre o aluno;
- O quarto equívoco é que muitos professores se recusam as medidas qualitativas de aprendizagem em favor de dados quantitativos. (LIBÂNEO, 1994).

Os equívocos apontados por Libâneo (1994) mostram a importância dos professores buscarem no dia a dia do seu trabalho aprofundamento teórico acerca dos sentidos que cercam a avaliação, a fim de se obter subsídios que contribuam para uma prática avaliativa emancipatória.

Em decorrência das insistências nos debates pelos pesquisadores que têm se preocupado com essa problemática, a avaliação no espaço da escola passou a ganhar novos sentidos, novas direções, novas perspectivas, sendo reconhecida como instrumento didático essencial para o diagnóstico da aprendizagem dos alunos e a verificação do professor sobre os objetivos propostos.

A legislação educacional, n. 9.394/94, preconiza em seu art. 24, inciso V, que a “avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais”.

Observa-se que a LDB, n. 9.394/94, busca garantir uma avaliação qualitativa, que se realize durante todo o semestre ou ano letivo, e não apenas

nos exercícios finais de verificação da aprendizagem do aluno. Essa lei vulgariza a necessidade de uma avaliação formativa e diagnóstica, que rompa com a hegemonia da avaliação quantitativa e classificatória nas instituições de ensino.

Nesse prisma de discussão Hoffmann (2003, p. 18) defende que “uma nova perspectiva de avaliação exige do educador uma concepção sistemática de crianças, de jovem e de adulto, como sujeitos que constroem o seu próprio desenvolvimento, inseridos no contexto de sua realidade social e política”.

Sendo assim, a avaliação sob uma perspectiva adequada aos atuais princípios de ensino, assume dimensões mais abrangentes, uma vez que a prática avaliativa não deva se restringir apenas a atribuir nota, assim como o ato de ensinar não se deva reduzir somente ao ato de informar. Do ponto de vista de Haidt (1995), a avaliação da aprendizagem em,

Sua conotação se amplia e se desloca, no sentido de verificar em que medida os alunos estão alcançando os objetivos propostos para o processo de ensino aprendizagem. [...] Se o ato de ensinar e aprender consiste em tentar realizar esses objetivos, o ato de avaliar consiste em verificar se eles estão realmente sendo atingidos e em que grau se dá essa consecução, para ajudar o aluno a avançar na aprendizagem e na construção do saber. (HAIDT, 1995, p. 287).

Diante desse movimento de mudanças no campo da educação escolar, a avaliação ganha uma função de orientar e cooperar com o processo de ensino e aprendizagem, conduzindo a atenção do professor sobre o aluno e seu nível de desenvolvimento.

A autora Haidt (1995), acrescenta ainda que a avaliação da aprendizagem do aluno também está ligada a avaliação do próprio trabalho docente. Quando o professor avalia o que o aluno conseguiu aprender, está avaliando o que ele próprio conseguiu ensinar. Dessa forma a avaliação dos avanços e dificuldades dos alunos fornece ao professor indicações de como deve encaminhar e reorientar a sua prática pedagógica, visando o aperfeiçoamento do seu trabalho.

Através desta prática didático-pedagógica pode-se verificar se os objetivos propostos pelo educador foram ou não atingidos, pois nesta concepção inovadora, os objetivos são elementos norteadores que ajudam ao professor reorganizar novas situações de aprendizagens.

## **MODALIDADES DE AVALIAÇÕES**

Têm existido diferentes pontos de vista em sala de aula e roda de conversas, quando emerge o tema avaliação. Alguns professores fazem referência,



basicamente, a realização de provas, a atribuição de notas, e verificação do rendimento escolar do aluno. Outros relacionam à função de diagnóstico da aprendizagem e de trabalho contínuo operado ao longo do período. É importante destacar que essas distintas concepções e modos de efetivar a avaliação escolar estão consubstanciados de funções que são próprias de cada modalidade avaliativa.

Apresentam-se agora, sucintamente, algumas dessas principais modalidades avaliativas e suas respectivas funções:

a) Avaliação Diagnóstica. O professor, desde o início do ano letivo, resolve verificar o nível de conhecimento em que se encontra o aluno em relação aos conteúdos explanados, visando fazer relação mais tarde para se certificar se houve progresso ou não na aprendizagem. Para Luckesi (2005), a ação diagnóstica tem como função investigativa a qualidade do desempenho do aluno, visando proceder a intervenção para a melhoria dos resultados. A avaliação diagnóstica gera um conhecimento sobre o seu estado de aprendizagem e verifica tanto o que o aluno aprendeu como o que ainda não aprendeu. A avaliação nesse caso, conforme Matui (2002) é um diagnóstico pelo qual o professor irá detectar os níveis de aprendizagem atingidos pelos alunos e decidir o que precisa ser feito para atingir a qualidade ideal mínima necessária. O professor só passará para um conteúdo novo quando os alunos atingirem esse patamar. Sendo assim, a avaliação por diagnóstico poderá auxiliar o professor a pensar novas estratégias de ensino que ajude o aluno a superar suas dificuldades, antes de introduzir novos conteúdos.

b) Avaliação Formativa. Ao iniciar o ano letivo, o professor já estabelece quais saberes os alunos devem apropriar-se, como também as atitudes e habilidades a serem desenvolvidas, em momento de construção de conhecimento. Nesta modalidade avaliativa o professor sistematiza seu planejamento, organizando-o a partir da elaboração de objetivos didáticos, os quais se tornam elementos chaves para a sua execução. Segundo Haidt (1995), a avaliação formativa tem a função de verificar se os objetivos estabelecidos foram de fato atingidos, isto é, esse caráter formativo permite verificar se o aluno está conseguindo ou não atender os objetivos propostos pelo professor, podendo manifestar-se através de conhecimentos, atitudes e habilidades. Nesse sentido, a avaliação formativa coopera no aprimoramento e replanejamento da ação docente, oferecendo elementos para refletir acerca do seu desempenho, e ainda permite que os próprios discentes percebam seus avanços e dificuldades.

c) Avaliação Somativa. Nesta modalidade, a avaliação é empreendida no sentido de atribuir nota como conceito final, visando à promoção do

educando. Haidt (1995) corrobora que este tipo de avaliação tem função classificatória, tendo em vista a classificação de resultados quantitativos apresentados pelos discentes ao final de um semestre, ano ou curso. Essa forma de avaliar é própria do modelo tradicional de ensino.

Para tanto, qualquer que seja a prática avaliativa exigirá uma fundamentação teórica de avaliação, mesmo que não se apresente de forma clara e consciente. Sendo assim, existe uma estreita relação do ato avaliativo do professor com sua concepção de ensino, aprendizagem, professor e aluno.

### **Técnicas e Instrumentos avaliativos**

Nesta seção ilustram-se algumas técnicas e instrumentos frequentemente utilizados em contextos escolares durante as práticas avaliativas, com fins de verificação do nível de aprendizagem dos alunos. A avaliação é, por sua vez, uma prática educativa que exige do docente uma diversidade de estratégias e recursos materiais que validem o processo de construção do saber do sujeito em formação. Por isso, torna-se imprescindível a consciência desse profissional sobre a importância e finalidades que regem cada instrumento avaliativo utilizado em sala de aula.

A seleção de técnicas diversificadas e instrumentos variados oferecem elementos essenciais para a obtenção de dados significativos que conduzem o professor a resultados não apenas de cunho quantitativos, mas especialmente qualitativos. Isso pode ser realizado a partir de um trabalho de verificação, qualificação e apreciação qualitativa (LIBÂNEO, 1994).

Por essa razão, quanto mais dados o professor puder colher e registrar dos educandos, fazendo uso de instrumentos variados ao longo do processo, mais informações terá a sua disposição.

A seleção das técnicas e instrumentos deve ser realizada durante todo o processo de planejamento de ensino, para que haja melhor adequação dos recursos de avaliação aos objetivos previstos, aos conteúdos estabelecidos e às atividades propostas para o ensino-aprendizagem. (HAIDT, 1995 p. 296).

No que tange as técnicas, as quais podem ser aplicadas para verificar o desempenho do aluno, podem ser identificadas por: observação; autoavaliação; aplicação de provas e testagem.

A observação permite o professor perceber os alunos em situações diversificadas cotidianas da na sala de aula, no pátio, refeitório, etc, onde os educandos agem de forma



espontânea. O registro em caderno ou ficha de aluno, realizado a partir da observação, é um instrumento valioso que permite o professor conhecer seu aluno e ainda identificar as dificuldades e avanços da sua aprendizagem.

A prática da autoavaliação possibilita que o aluno participe do seu próprio processo, na medida em que ele tem oportunidades de perceber seu progresso, como também aquilo que merece ser melhorado e ainda suas atitudes em sala de aula. O aluno pode fazer a autoavaliação a partir de registros escritos ou orais. Esse instrumento vislumbra uma espécie de guia, podendo ajudar gradativamente o aluno a introduzir a reflexão em sua vida escolar e social.

A aplicação de prova é um dos recursos mais utilizados nas escolas, que visa obter resultados do nível de conhecimento do aluno. É pertinente salientar que essa técnica demanda construção de critérios que se adequem aos conteúdos e ao nível de conhecimento em que se encontram os educandos.

A testagem é também uma técnica muito frequente nas escolas, que quando executada em sala de aula em forma de instrumento, passa a ser chamado por “testes”. Segundo Haidt (1995), o teste é uma prova objetiva organizada com fins imediatos, com a finalidade de verificar o aproveitamento escolar do aluno.

Os recursos avaliativos apresentados acima, do ponto de vista didático-pedagógico fornecem ao professor e alunos vantagens significativas, quando empregados de maneira adequada nos diferentes momentos de trabalho.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em linhas gerais a avaliação no âmbito escolar é um trabalho contínuo e sistemático, que requer do professor fundamentação teórica, reflexão e tomada de decisões. Assim, a avaliação precisa está inserida na rotina escolar, como componente integrante do processo de ensino-aprendizagem. É importante que sua execução esteja fomentada em princípios norteadores de uma prática orientadora, contínua e democrática, que visa à qualidade do ensino e o progresso do aluno.

Portanto, a avaliação que se preocupa com o desenvolvimento da aprendizagem do aluno, não se dá de forma autoritária e improvisada, mas de forma dinâmica, planejada e investigativa no início, durante e final de cada semestre e ano letivo. Entretanto, para que isso se materialize, é preciso *a priori* que o professor (gestor da

sua sala de aula) tenha clareza acerca do sentido e funções do ato avaliativo, e busque superar no seu trabalho cotidiano os mitos e controvérsias herdados do modelo tradicional de ensino. É perceptível que no cenário atual se vive uma nova realidade de educação e, conseqüentemente, uma nova cultura de relações e saberes, que exigem do professor práticas de ensino adequadas à natureza de diferentes demandas educativas e sociais.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**, nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm)>. Acesso em: 12 jul. 2015.

Haidt, Regina Cazaux. **Curso de Didática Geral**. 7. ed. São Paulo. Ática, 1995.

Hoffmann, Jussara. **Avaliação: mito e desafio: uma perspectiva construtiva**. - Porto Alegre: Editora Mediação, 2005, 35. ed. revista.

\_\_\_\_\_. **Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade**. 20. ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2003.

Libâneo, José Carlos. **Didática**. -- (Coleção magistério. Série formação do professor). São Paulo: Cortez, 1994.

Luckesi, Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem, mais uma vez**. ABC EDUCATIO. Ed. São Paulo, 2005.

\_\_\_\_\_. **Prática docente e avaliação**. Rio de Janeiro, ABT, 1990.

\_\_\_\_\_. **Avaliação da aprendizagem: componente do ato pedagógico**. 1. ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

Matui, Jiron. **Construtivismo: teoria construtivista sócio histórica aplicada ao ensino**. São Paulo: Moderna, 2002.